

RECURSO ESPECIAL Nº 1.676.381 - AC (2017/0141902-6)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : A M L T W DOS S
ADVOGADOS : THIAGO CORDEIRO DE SOUZA - AC003826
JOÃO RODHOLFO WERTZ DOS SANTOS E OUTRO(S) - RO003611
RECORRIDO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : ANDERSON PEREIRA CHARÃO E OUTRO(S) - SP320381B
INTERES. : A DOS S M

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por A M L T W DOS S e OUTRA, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado:

"APELAÇÃO. CONTRATOS BANCÁRIOS. EMPRÉSTIMO PARA CAPITAL DE GIRO EMPRÉSTIMO CONCEDIDO A PESSOA JURÍDICA - AUSÊNCIA DE RELAÇÃO DE CONSUMO A DAR ENSEJO A APLICAÇÃO DO C.D.C. PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA DA FIANÇA. PREVISÃO EXPRESSA EM CLÁUSULA CONTRATUAL. POSSIBILIDADE. NULIDADE DA CLÁUSULA. INEXISTENTE. FIADORES NÃO PROMOVERAM NOTIFICAÇÃO RESILITÓRIA. PRETENSÃO DE EXONERAÇÃO DA FIANÇA. INVIABILIDADE. RECURSO PROVIDO.

1. Nem a empresa celebrante do contrato de mútuo, nem suas fiadoras, podem ser considerados consumidores, nos termos do citado artigo 2ºI, "caput", do CDC, não se aplicando à espécie as disposições da legislação consumerista.

2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que é válida a cláusula que estabelece a prorrogação automática da fiança com a renovação do contrato principal.

3. A propósito, é cediço que os fiadores não estão ad eternum, obrigados com a prorrogação automática do contrato, entretanto, o Código Civil prevê, em seu artigo 835, a exoneração da obrigação do fiador, sempre que lhe convier, através de simples notificação ao credor, de sorte que fica obrigado por todos os efeitos da fiança, durante 60 (sessenta) dias após a notificação.

4. Apelo conhecido e provido." (e-STJ,fl.245)

Embargos de declaração rejeitados (e-STJ fl. 302/306)

Em suas razões recursais, a recorrente aponta violação dos arts. 819 do CC, e divergência jurisprudencial, sustentando, em síntese, que, na condição de fiadoras, não anuíram com as sucessivas renovações praticadas entre o Banco do Brasil e a empresa afiançada, que consistiram em novações de dívida, pois alteraram taxa de juros e saldo devedor, de modo que é nula a cláusula contratual que prevê a possibilidade de renovação automática da fiança em caso de renovação de contrato de financiamento.

Apresentadas contrarrazões às fls. 471/478 (e-STJ).

É o relatório. Passo a decidir.

O Tribunal de origem, no que pertine à alegação de nulidade da fiança por ausência de anuência das recorrentes com a renovação do contrato de financiamento afiançado, expressamente consignou o seguinte:

"13. Ademais, tratando da 'validade da cláusula décima primeira' que diz respeito a 'prorrogação automática da fiança', considero assistir razão ao Apelante. Explico: é que no contrato de mútuo celebrado há previsão de cláusula prevendo expressamente a possibilidade de prorrogação da fiança, caso houvesse também prorrogação do contrato principal (Cláusula décima primeira p. 60). Em regra, anoto, não se estende a fiança além do período de tempo previsto no contrato principal, razão disso, é que se faz necessária a concordância expressa do fiador para a prorrogação da fiança. Acerca da temática, o c. Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula 214 que diz:

O fiador na locação não responde por obrigações resultantes de aditamento ao qual não anuiu.

14. Dessarte, paulatinamente, passou o Superior Tribunal de Justiça, ante as divergências de teses nas instâncias inferiores, considerando que o contrato principal garantido por fiança, constitui contrato bancário de adesão e de longa duração, renovado periodicamente e com paridade entre as partes, por constituir elemento essencial para a manutenção do equilíbrio contratual
(...)

15. Não será demais anunciar que, por ululante, os fiadores não estão ad etemum, obrigados com a prorrogação automática do contrato, tanto que nosso Código Civil prevê, em seu artigo 8354, a exoneração da obrigação do fiador, sempre que lhe convier, através de simples notificação ao credor, de sorte que fica obrigado por todos os efeitos da fiança, durante 60 (sessenta) dias

após a notificação.

16. Não foi o que aconteceu in casu. Ao revés, as fiadoras/Apeladas, não procederam com a notificação resilitória, a fim de gozar do direito de se eximir da obrigação contratual prorrogada. A cláusula contratual é clara e está sendo interpretada literalmente, e não de forma extensiva." (e-STJ, fls.254/255)

O entendimento acima encontra-se de acordo com a jurisprudência desta Corte Superior:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. FIANÇA BANCÁRIA. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO. RENOVAÇÃO CONTRATUAL. PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA. VALIDADE. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO RECORRIDO COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. A jurisprudência desta Corte é no sentido da validade da cláusula que estabelece a prorrogação automática da fiança com a renovação do contrato principal, cabendo ao fiador, acaso intente sua exoneração, efetuar, no período de prorrogação contratual, a notificação de que reza o art. 835 do Código Civil. Precedentes.

2. O entendimento adotado pelo acórdão recorrido coincide com a jurisprudência assente desta Corte Superior, circunstância que atrai a incidência da Súmula 83/STJ.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1698392/SP, de minha Relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 08/11/2018, DJe 19/11/2018)

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE FIANÇA. CONTRATO BANCÁRIO. RENOVAÇÃO AUTOMÁTICA. LEGALIDADE. POTESTATIVIDADE DA CLÁUSULA DE RENÚNCIA DO DIREITO DE EXONERAÇÃO APÓS A INDETERMINAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO DE GARANTIA. EXONERAÇÃO CONTADA DO TÉRMINO DO PRAZO DE SESSENTA DIAS INICIADO COM A CITAÇÃO DO DEMANDADO. DISSÍDIO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO.

1. A jurisprudência desta Corte firmou entendimento no sentido de ser válida a cláusula que estabelece a prorrogação automática da fiança juntamente com a do contrato principal, cabendo ao fiador, ao almejar a sua exoneração, realizar, no período de prorrogação contratual, a notificação prevista no art. 835 do Código Civil.

2. A cláusula contratual de renúncia do direito de exoneração não tem eficácia após a prorrogação do contrato de fiança, sendo

inadmissível a pretensão de vinculação dos fiadores por prazo indeterminado.

3. A desobrigação nascida do pedido de exoneração, todavia, não decorre da mera indeterminação do contrato de fiança, como sugerido pelo autor, mas tem eficácia a partir do término do prazo de sessenta (60) dias contado da notificação ou da citação do réu na ação de exoneração.

4. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

(REsp 1673383/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/06/2019, DJe 19/06/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO DE COBRANÇA FUNDADA EM CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO.

IRRESIGNAÇÃO DA PARTE RÉ.

1. Não obstante o contrato acessório de fiança possua natureza benéfica, impondo a interpretação estrita de seus termos (art. 114 do Código Civil), esta Corte entende que é válida a cláusula de prorrogação automática da garantia, quando também estendido o prazo de vigência do ajuste principal, ressalvado, porém, o direito de o fiador pleitear a exoneração da fiança com base no art. 835 do mesmo diploma legal.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 847.970/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 25/05/2018)

Quanto à alegação de que as sucessivas renovações praticadas entre o Banco do Brasil e a empresa afiançada consistiram em novações de dívida, pois alteraram taxa de juros e saldo devedor, verifica-se que tal apelação não foi apreciada pelo Tribunal *a quo*, ainda que a parte ora recorrente tenha oposto embargos de declaração a fim de sanar eventual irregularidade.

Ressalte-se que esta eg. Corte de Justiça consagra orientação no sentido da necessidade de prequestionamento dos temas ventilados no recurso especial, não sendo suficiente a simples invocação da matéria na petição de embargos de declaração. Caberia à recorrente, na hipótese, alegar violação ao art. 1.022 do Código de Processo Civil, providência, todavia, da qual não se desincumbiu. Dessa forma, à falta do indispensável prequestionamento, incide, na espécie, a Súmula 211 do Superior Tribunal de Justiça. Nesse

sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. AÇÃO DE COBRANÇA. DECISÃO DA PRESIDÊNCIA DESTA CORTE. RECONSIDERAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA N. 211 DO STJ. REEXAME DO CONTRATO E DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA N. 283/STF. RECURSO PROVIDO.

1. Para a admissão do prequestionamento ficto previsto no art. 1.025 do CPC/2015, exige-se que, no recurso especial, seja suscitada e demonstrada a violação do inciso II do artigo 1.022 do CPC/2015, a fim de possibilitar ao órgão julgador verificar a existência do vício imputado ao julgado de origem, o qual, uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei, o que não ocorreu no caso. Inafastável, portanto, a aplicação da Súmula n. 211/STJ.

2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem interpretação de cláusula contratual ou revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõem as Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

3. O Tribunal de origem concluiu que deve a contratante agir com boa-fé objetiva, porque: (i) é incontroversa a contratação entre as partes, (ii) inexistente abusividade no contrato, (iii) o contrato foi celebrado entre as partes mediante a livre aceitação das cláusulas, (iv) nada foi comprovado no sentido de que o contrato não tenha sido objeto da manifestação livre da vontade do contratante, (v) a recorrente não comprovou o pagamento dos valores pleiteados pela recorrida e não apresentou novos cálculos com os valores que entendia devidos, e (vi) o Código de Defesa do Consumidor não é aplicável porque se trata de contrato de prestação de serviço, em que seu objeto é utilizado como meio necessário para o desempenho da atividade empresarial da requerida. Alterar esse entendimento demandaria o reexame das provas produzidas nos autos, o que é vedado em recurso especial.

4. O recurso especial que não impugna fundamento do acórdão recorrido suficiente para mantê-lo não deve ser admitido, a teor da Súmula n. 283/STF.

5. Agravo interno a que se dá provimento para reconsiderar a decisão da Presidência desta Corte e negar provimento ao agravo nos próprios autos.

(AgInt no AREsp 1504783/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 29/10/2019, DJe

Superior Tribunal de Justiça

07/11/2019)

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Com supedâneo no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro em 1% os honorários advocatícios devidos ao recorrido a serem calculados com base no valor total dos honorários advocatícios fixados na sentença.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator